



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

169

05

SÉTIMA CÂMARA CÍVEL

RECURSO DE AGRAVO Nº 194484-1/01

RECORRENTE: Estado de Pernambuco

RECORRIDO: Cooperativa dos Produtores de São Bento do Una Ltda.

RELATOR: Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

*S. Bento Una
3408*

EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. RECURSO DE AGRAVO. DECISÃO TERMINATIVA. NEGATIVA DE SEGUIMENTO À APELAÇÃO CÍVEL. CONFRONTO COM JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DO TRIBUNAL LOCAL. INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 557, CAPUT, DO CPC. EXECUÇÃO FISCAL. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. DECRETAÇÃO EX OFFICIO. ADMISSIBILIDADE. INÉRCIA DA FAZENDA PÚBLICA. PRERROGATIVAS DA FAZENDA PÚBLICA AS QUAIS NÃO SE DEVE CONFERIR CUNHO DE ABSOLUTISMO. RESPEITO AO INTERESSE DA COLETIVIDADE. APLICAÇÃO SISTÊMICA DO ORDENAMENTO JURÍDICO. EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO. RECURSO DE AGRAVO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. 1. A teor do que dispõe o artigo 557, caput, do CPC, no tocante à possibilidade de o Relator exarar decisão monocrática, com o desiderato de negar seguimento a recurso, por manifesto confronto com jurisprudência, não há necessidade de uniformidade de entendimento jurisprudencial, bastando que o mesmo seja dominante, quer nos Tribunais Superiores, quer no Tribunal Local. 2. Este Egrégio TJPE, nos últimos anos, vinha decidindo pela impossibilidade do Juiz de 1º grau prolatar sentença extinguindo a execução ex officio, sob o fundamento da incidência da Súmula nº 106 do Superior Tribunal de Justiça. 3. Após aprofundado estudo da matéria, esta Câmara passou a admitir a decretação da prescrição de ofício, pelo juízo, tendo em vista que a prescrição tem seu fundamento na paz social, na tranquilidade e segurança da ordem jurídica fundamentais na busca da efetividade do Direito. 4. O cerne de dita mudança de posicionamento jurisprudencial reside na imposição de segurança jurídica aos litigantes, vez que a admissibilidade da manutenção de relações processuais inócuas conspira em desfavor dos princípios gerais do Direito, mais precisamente aquele segundo o qual as lides nascem para serem solucionadas e os processos devem representar um instrumento de realização da justiça. 5. Observe-se que, por entender pela admissibilidade da decretação da prescrição ex officio pelo Juízo a quo, com fulcro no próprio Direito Público, o meu posicionamento, assim como da maioria desta Corte de Justiça, já estava consolidado antes mesmo da entrada em vigor da Lei nº 11.280/06, não estando, pois, condicionado à alteração da redação do § 4º do artigo 219 do Código de Processo Civil, que, tão somente, veio a somar argumentos em favor de tese já firmada e consolidada nesta Sétima Câmara Cível. 6. No que concerne à exigência do prévio preenchimento dos pressupostos elencados no § 4º do artigo 40 da Lei nº 6.830/80 para que o Magistrado possa decretar ex officio a prescrição, entendendo que inopor que o arquivamento provisório seja decretado, muitas vezes em executivos fiscais de mais de um decênio, para só a partir daí contar o quinquênio prescricional, ofende o princípio da razoabilidade, bem como do princípio da celeridade trazido no bojo da Emenda Constitucional nº 45. 7. Acrescento ainda, que, *in casu*, não há que se falar em aplicação da Súmula 106 do STJ. Proposta a ação no prazo fixado para o seu exercício, em 13/07/95, com a citação do executado por meio de oficial de justiça que em 07/08/95, inclusive, era ato contínuo, com bens penhorados frise-se, não interrompe o prazo prescricional, restando, portanto, paralisado o feito, transcorrendo o prazo prescricional. Entre 13/07/1995 e 30/11/2007 decorreram mais de doze anos sem que a parte exequente, ora apelante, impulsionasse o feito para o seu devido prosseguimento, ou seja, lapso de tempo contínuo em que restou caracterizada a inércia da Fazenda Pública.



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

170
05

Acrescenta ainda que o juízo a quo promoveu diversos atos processuais (citação, auto de avaliação e penhora e ofícios) até o dia 11/02/02, sem nenhum pronunciamento da Fazenda Pública, data que o juízo a quo indica como termo inicial a contagem do prazo prescricional. 8. Ora, a perda de condição essencial de exigibilidade do título executivo não pode ser atribuída aos mecanismos do Judiciário quando a Fazenda Pública podia e devia diligenciar no sentido de obter o desenvolvimento regular do feito, quedando-se, no entanto, inerte, por período superior a cinco anos. É a esta que deve ser atribuída a responsabilidade pela decretação da prescrição intercorrente, donde se conclui pela inaplicabilidade, in casu, da mencionada Súmula. 9. À unanimidade de votos, negou-se provimento ao presente recurso.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Recurso de Agravo nº 194484-1/01, da Comarca de Recife, em que figuram como Agravante o Estado de Pernambuco e como Agravado a Cooperativa dos Produtores de São Bento do Una Ltda,

Acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Sétima Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, unanimemente, em **negar** provimento ao Recurso de Agravo em análise, tudo de conformidade com os votos anexos, os quais, devidamente revistos e rubricados, passam a integrar este julgado.

Recife, 18 de Maio de 2010.


Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo
Relator



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

171

05

SÉTIMA CÂMARA CÍVEL

RECURSO DE AGRAVO Nº 194484-1/01

RECORRENTE: Estado de Pernambuco

RECORRIDO: Cooperativa dos Produtores de São Bento do Una Ltda.

RELATOR: Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

RELATÓRIO

Trata-se do Recurso de Agravo interposto pelo Estado de Pernambuco, em face da Cooperativa dos Produtores de São Bento do Una Ltda., impugnando decisão terminativa da lavra desta Relatoria, exarada nos autos do Reexame Necessário e Apelação Cível nº 194484-1, em apenso.

Recurso tempestivamente interposto.

A decisão questionada (fls. 191/195 dos autos em apenso) negou seguimento ao apelo voluntário interposto pelo Estado do Recife, por considerar que a sentença estava acorde com a jurisprudência majoritária desta Corte de Justiça Estadual.

Em uma remissão fática, a exeqüente noticia que ajuizou a ação para a cobrança de débito fiscal referido na Certidão de Dívida Ativa nº 06055/95-8, inscrito em 17.05.1995, quando foi citado e executado, com auto de penhora em 01.09.1995. Alega que, apesar de ter peticionado diversas vezes visando o prosseguimento da ação, foi surpreendido com a sentença que decretou a prescrição em 25/09/2008.

Alega, em síntese, que

1) a decisão monocrática deve ser anulada por ausência de qualquer das hipóteses autorizadas previstas no *caput* do artigo 557, do CPC, uma vez que o relator somente poderá proferir uma decisão negando seguimento ao recurso quando a matéria seja pacificada não só no Tribunal Local, como também nos Tribunais Superiores, o que não se enquadra ao caso;

2) Que a Exeqüente deu cumprimento ao princípio da provocação, tendo processo de execução permanecido paralisado por mais de cinco anos não por força da inércia da Fazenda Municipal, mas em virtude da morosidade do próprio Judiciário, que não cumpriu com sua função de gerar o impulso oficial do feito, uma vez que a citação foi feita com demora, não podendo se falar em prescrição, uma vez que tal entendimento não se coaduna com a Súmula 106 do STJ;

3) Que a Lei nº 6.830/80, como regra especial de regência das Execuções Fiscais tem aplicação preferencial em relação ao Código de Processo Civil, de ordem geral, pelo que, sustenta, impõe-se, no julgamento da causa, a incidência do §4º do artigo 40 daquela e não o §5º do artigo 219 deste.



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

05

172
Pugna pela retratação da decisão vergastada e, caso assim não proceda essa Relatoria, seja o presente recurso levado a julgamento perante a competente Câmara.

É o que de relevante se tem a relatar.

VOTO

Senhores Desembargadores. Senhor Procurador de Justiça.

Mantenho a mesma persuasão que norteou o Relator originário quando da prolação do *decisum* ora impugnado.

Inicialmente, impende frisarmos que, contrariamente ao que sustenta o agravante, a teor do que dispõe o artigo 557, caput, do CPC, ao Relator do recurso é dado negar-lhe seguimento quer quando a tese desenvolvida pelo recorrente esteja em confronto com súmula ou jurisprudência dominante do respectivo tribunal quer nas hipóteses em que contrarie jurisprudência de Tribunal Superior, não havendo, pois, exigência de unanimidade de entendimento jurisprudencial, hipótese na qual enquadra-se a lide em apreço.

A matéria remete à discussão em torno da prescrição intercorrente quanto a crédito tributário oriundo da Fazenda Pública Estadual dada a suposta inércia por parte do exequente, ora apelado, na promoção do andamento da Ação de Execução.

Observo que entre **13/07/1995** e **30/11/2007** decorreram mais de doze anos sem que a parte exequente, ora apelante, impulsionasse o feito para o seu devido prosseguimento, ou seja, lapso de tempo contínuo em que restou caracterizada a inércia da Fazenda Pública. Acrescento ainda que o juízo *a quo* promoveu diversos atos processuais (citação, auto de avaliação e penhora e ofícios) até o dia **11/02/02**, sem nenhum pronunciamento da Fazenda Pública, data que o juízo *a quo* indica como termo inicial a contagem do prazo prescricional.

É de se registrar que este Egrégio TJPE, nos últimos anos, vinha decidindo pela impossibilidade de o Juiz de 1º grau prolatar sentença extinguindo a execução *ex officio*, posicionamento que reverberava interpretação literal do artigo 219, §5º, do Código de Processo Civil, em sua redação original. "*Proposta a ação no prazo fixado para o seu exercício, a demora na citação, por motivos inerentes ao mecanismo da Justiça, não justifica o acolhimento da arguição de prescrição ou decadência*".

Embora, de início, tenha esposado semelhante opinião, após aprofundado estudo da matéria, alterei o meu ponto de vista, vindo, portanto, a admitir a decretação da prescrição, de ofício, pelo Juiz, tendo em vista que a prescrição tem seu fundamento na paz social, na tranqüilidade e segurança da ordem jurídica, fundamentais na busca da efetividade do Direito.

Assim é que, a despeito do embate jurídico acerca da aplicabilidade do



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

05

173

*Regimento das normas de Direito Privado, obstativas da decretação de ofício da prescrição, passei a defender a natureza diferenciada da prescrição tributária, no campo específico do Direito Público, e, conseqüentemente, da admissibilidade de referida decretação, tese esta que ganhou contornos majoritários nesta Sétima Câmara Cível.

Com as ulteriores alterações legislativas, promovidas pela Lei nº 11.280/2006 (que alterou o Código de Processo Civil) e pela Lei Complementar nº 118/2006 (modificativa do Código Tributário Nacional), essa celeuma, hoje, parece estar próxima de uma pacificação, com a jurisprudência guinando para a admissão do reconhecimento, *ex officio*, da prescrição do crédito tributário pelo juiz. Nesse sentido, confirmam-se os seguintes escólios oriundos do Superior Tribunal de Justiça:

"PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO - EXECUÇÃO FISCAL - VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC NÃO CARACTERIZADA - PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE - INOCORRÊNCIA - PRESCRIÇÃO - DECRETAÇÃO DE OFÍCIO - ART. 219, § 5º, DO CPC, REDAÇÃO DADA PELA LEI 11.280/2006 - POSSIBILIDADE - PRECEDENTES - DECLARAÇÃO INCIDENTAL DE INCONSTITUCIONALIDADE - DESCABIMENTO.

[...]

3. Na vigência da Lei 11.280/2006, que deu nova redação ao § 5º do artigo 219 do Código de Processo Civil, é possível ao juiz decretar a prescrição de ofício.

4. Os arts. 219, § 5º, do Código de Processo Civil e 40, § 4º, da Lei de Execuções Fiscais são normas de caráter processual e apenas permitem o reconhecimento de ofício da prescrição, não veiculando qualquer matéria que diga respeito às normas gerais de prescrição, tais como as formas de interrupção, suspensão, termo inicial, prazo prescricional, etc., essas sim normas que necessitam de lei complementar para produzir efeitos no mundo jurídico.

[...]

6. Recurso especial não provido" (STJ, 2ª Turma, REsp 1128099/RO, Rel. Min. Ellana Calmon, DJe 17/11/2009).

No mesmo sentido: AgRg no REsp 1033242/PE, RESP 1.102.554/MG, entre outros.

Dirimida a dúvida inicial quanto à iniciativa de declaração da prescrição, resta-nos aferir, concretamente, se incidiu a norma extintiva do crédito fiscal reconhecida pelo juízo *a quo*.

* **Ora, se a Fazenda, como autora da ação, não diligenciou no sentido de praticar os atos que lhe competiam para dar andamento ao feito, demonstrando, com isso, desinteresse na percepção do valor objeto da execução, não me parece lícito conceder dilação de prazo, quando já inexigível o crédito, para arguição de eventuais causas suspensivas ou interruptivas aferíveis de pronto pelo Magistrado, dado a sua natureza de interesse público e sua natural indisponibilidade. Aliás, é princípio geral que "o Direito não socorre os que dormem".**



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

174
05

É importante ressaltar que a prescrição, na órbita tributária, não é definitivamente afastada quando ocorre a propositura tempestiva da Ação de Execução fiscal. Este momento da proposição da ação junto aos órgãos do Poder Judiciário implica apenas a interrupção da prescrição que poderá, no futuro, continuar a ser contada para efeitos de extinção do processo.

Conclui-se que o importante é que o Procurador Fazendário permaneça atento a todas as diligências realizadas dentro do processo, evitando assim a ocorrência de prescrição intercorrente. (GALLO, Antonio Felipe A. A Fazenda Pública e a cobrança dos débitos fiscais, Revista dos Tribunais: São Paulo, 1994, pp. 25), fato não ocorrido nos presentes autos, já que o feito ficou paralisado por mais de cinco anos, sem que tenha havido qualquer diligência da Fazenda Estadual.

Assim, deve a Fazenda Pública (exequente) sempre procurar atuar positivamente no sentido de fazer valer sua pretensão executiva, agindo com diligência e evitando a inércia.

A inércia implica perda do interesse processual na continuidade da Ação Executiva, podendo gerar o reinício da contagem do prazo prescricional dentro da própria Execução Fiscal, ocorrendo, depois de cinco anos, a prescrição da pretensão ajuizada e despachada. No caso da Execução em processo virtual, é ainda mais destacado o papel da Fazenda Pública, logo, sua pachorra é muito menos digna de tolerância do que o normal.

Frise-se que, por força da reiteração da jurisprudência desta Corte de Justiça no sentido da admissibilidade da decretação, de ofício, da prescrição, nas hipóteses em que seja patente a inércia da Fazenda Pública em dar andamento às execuções por ela ajuizadas, o Estado de Pernambuco, por sua Procuradora Judicial, Dra. Lia Sampaio Silva, após reconhecer a ausência de interesse recursal em manejar agravo contra decisão terminativa dessa Relatoria exarada nos autos da Apelação Cível nº 0127.460-2, requereu a remessa do feito à instância de origem, o que representa um avanço na postura da Fazenda Pública do Estado de Pernambuco quanto aos créditos tributários cuja cobrança mostra-se manifestamente inviável.

Ressalta-se ainda que, não merece amparo, igualmente, o argumento recursal em torno na necessidade de prévia audição da Fazenda Pública para, só então, decretar-se a prescrição do crédito fiscal.

Embora o art. 3º da Lei 6.830/80 discipline no sentido de que a Certidão de Dívida Ativa tem presunção de liquidez e certeza, é de se reconhecer que a mesma não goza de presunção de exigibilidade, o que se pode constatar pelo fato de que é dado ao juiz, quando do recebimento da inicial, indeferi-la de plano por falta de elementos essenciais ou, posteriormente, durante o curso do processo, declarar incidentalmente a invalidade ou ilegalidade do respectivo título com base em disposições de ordem pública, a exemplo da prescrição.

Assim é que a falta de citação do devedor e/ou a ausência de diligências essenciais ao desenvolvimento do feito por mais de cinco anos, ensejam a perda de condição essencial de exigibilidade do título executivo, razão pela qual o processo não pode ter seguimento, devendo ser extinto por falta de uma das condições



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

175

05

essenciais à execução fiscal.

Embora, em sede de apreciação de recurso especial, o Superior Tribunal de Justiça tenha reformado acórdãos da lavra de membro da Sétima Câmara Cível do STJPE, à qual estou vinculado, fazendo condicionar a decretação da prescrição *ex officio* ao atendimento dos ditames do § 4º do artigo 40 da Lei de Execuções Fiscais e relegando ao acaso os pontos supra elencados, mantenho, ante os fundamentos defendidos, o meu posicionamento, já consolidado e abarcado pelos demais integrantes da citada Câmara.

Acrescento ainda, que, *in casu*, não há que se falar em aplicação da Súmula 106 do STJ. Proposta a ação no prazo fixado para o seu exercício, em 13/07/95, com a citação do executado por meio de oficial de justiça que em 07/08/95, inclusive, em ato contínuo, com bens penhorados frise-se, não interrompe o prazo prescricional, restando, portanto, paralisado o feito, transcorrendo o prazo prescricional.

Ora, a perda de condição essencial de exigibilidade do título executivo não pode ser atribuída aos mecanismos do Judiciário quando a Fazenda Pública podia e devia diligenciar no sentido de obter o desenvolvimento regular do feito, quedando-se, no entanto, inerte, por período superior a cinco anos. É a esta que deve ser atribuída a responsabilidade pela decretação da prescrição intercorrente, donde se conclui pela inaplicabilidade, *in casu*, da mencionada Súmula.

Ante todo o exposto, não tendo as argumentações do agravante infirmado os fundamentos da decisão proferida por esta Relatoria, voto pelo não provimento ao presente recurso.

Recife, 18 de Maio de 2010.

Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo
Relator